



ESTADOS E MUNICÍPIOS NO COMBATE À COVID-19

A Covid-19 trouxe uma situação desafiadora a todos os países, exigindo respostas importantes em políticas públicas, principalmente na área social.

Em federações como o Brasil, onde a autoridade sobre o território está dividida entre esferas de governo, vale a frase de Paul Pierson de que os *policymakers* não lidam apenas com o tradicional problema “o que deve ser feito”, mas antes se preocupam em saber “quem deve fazê-lo”. No caso brasileiro, há três possibilidades: União, estados e municípios.

O governo federal tem, na figura do presidente, negado a gravidade da situação desde o início da pandemia. Já os governadores, depois de duas décadas de pouco protagonismo, saíram na frente. Considerando que no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) a responsabilidade pelos serviços hospitalares e leitos de unidade de tratamento intensivo (UTI) é predominantemente dos estados, já era possível prever que estes sofreriam as consequências da Covid-19. Portanto, atuar na prevenção seria o melhor caminho.

Assim, já na semana de 13 a 20 de março, 19 estados publicaram decretos com medidas desde o fechamento de escolas até a implementação do isolamento social. Desde então, todos os estados da federação intensificaram ações de atenção à saúde e alguns realizaram expansão do atendimento em parceria com municípios. Para o alívio imediato em relação à pobreza, 21 deles adotaram medidas de auxílio aos mais vulneráveis – como provisão de alimentos, transferência de renda e reforço ao Programa Bolsa Família. No desenvolvimento econômico, 19 estados criaram incentivos – linhas de crédito, alterações tributárias, prorrogação no prazo de certidões, alvarás ou estímulos à produção cultural – e 13 desenvolveram editais ou linhas de fomento à pesquisa e inovação.

Os estados também cooperaram entre si: 20 governadores reuniram-se com os presidentes do Senado e da

Câmara para formalizar seu descontentamento com o governo federal por meio de uma carta afirmando “não haver conflitos inconciliáveis entre a salvaguarda da saúde da população e a proteção da economia nacional”. Já no nordeste, o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste criou um comitê técnico que passou a orientar as ações dos nove estados que o compõem, segundo as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS).

O posicionamento claro e rápido da maioria dos governadores foi uma forte sinalização aos municípios. Promoveu pronunciamentos conjuntos entre governadores

e prefeitos de capitais, mesmo de partidos de oposição, como ocorreu na Bahia e no Piauí.

Porém, vários desses estados pleiteavam, no fim de 2019, auxílio da União para renegociação de suas dívidas e cobertura da própria folha de pagamento. Sua arrecadação sofre com a crise econômica e, diferentemente da União, os estados não possuem instrumentos macroeconômicos para recorrer. Além disso, em vários municípios é difícil resistir à pressão dos empresários locais pela flexibilização – que já ocorre em diversos locais do país.

Como balanço final, nesse caso, podemos dizer que a questão trazida por Pierson foi mais uma vantagem do que um problema. Apesar de ter mais de uma esfera de governo atuando sobre a mesma política, havendo dificuldades de *accountability* e até paralisia decisória, tal conduta trouxe-nos mais opções. No combate ao coronavírus, diante de uma ação negacionista do governo federal, estados e municípios puderam, de forma mais ou menos coordenada, agir em defesa da vida dos brasileiros.

DIANTE DE UMA AÇÃO
NEGACIONISTA DO
GOVERNO FEDERAL,
ESTADOS E MUNICÍPIOS
PUDEAM, DE FORMA
MAIS OU MENOS
COORDENADA, AGIR EM
DEFESA DA VIDA DOS
BRASILEIROS.

PARA SABER MAIS:

- Paul Pierson. *Fragmented welfare states: federal institutions and development of social policy*. *Governance*, v.8, n.4, 1995. doi.org/10.1111/j.1468-0491.1995.tb00223.x
- Conselho dos Secretários Estaduais de Administração (CONSAD). *Medidas estaduais de enfrentamento à Covid-19*. Disponível em: bit.ly/covidsea